



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

EDITAL Nº 01/2018

PROCESSO DE SELEÇÃO AO MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA, TURMA 2019

A Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, torna público o Edital para a seleção de candidatos(as) às vagas disponíveis para composição da turma de 2019 do Curso de Mestrado em Ciência Política,

1. DAS VAGAS

1.1. As vagas para ingresso no PPGCP, turma 2019, serão preenchidas, nos termos do presente edital, por dois processos seletivos: (I) universal; (II) especial.

1.2. O processo seletivo universal disponibiliza 20 (vinte) vagas, sendo:

- a) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as);
- b) 01 (uma) cota para candidatos estrangeiros oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP, submetidos à apreciação pelo colegiado do PPGCP;
- c) 01 (uma) cota para candidatos selecionados pelo Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC OEA/GCUB) em acordo estabelecido com a PROPESP/UFPA e submetidos à apreciação pelo colegiado do PPGCP;

1.2.1. No ato da inscrição, o(a) candidato a uma das cotas oferecidas pelo processo seletivo universal deverá selecionar a opção correspondente. Caso contrário, será considerado(a) candidato(a) não optante, não podendo, posteriormente, reivindicar vagas destinadas a cotas.

1.2.2. Não havendo candidatos(as) optantes por cotas em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para os(as) candidatos(as) não optantes aprovados(as) no processo seletivo universal, sendo preenchidas em ordem decrescente de notas finais.

1.2.3. Não havendo candidatos(as) não optantes por cotas aprovados(as) em número suficiente para o preenchimento das vagas ofertadas no processo seletivo universal, as vagas remanescentes serão revertidas para candidatos(as) optantes pela cota descrita pelo item 1.2. (a).

1.3. O processo seletivo especial reserva 02 (duas) vagas, sendo:

- a) 01 (uma) vaga para candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas;
- b) 01 (uma) vagas para candidatos(as) autodeclarados(as) quilombolas;

1.3.1. No ato da inscrição, o(a) candidato às vagas oferecidas pelo processo seletivo especial deverá selecionar a opção correspondente. Caso contrário, será considerado(a) candidato(a) ao processo seletivo universal, não podendo, posteriormente, reivindicar as vagas especiais.

1.3.2. As 02 (duas) vagas do processo seletivo especial, caso não sejam preenchidas, nos termos deste edital, serão extintas.

1.4. Não haverá nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1. Serão admitidos como candidatos(as) à seleção do Mestrado em Ciência Política os portadores de diploma ou certificado de curso de nível superior reconhecido pelo MEC; Portadores de diploma de Curso de Graduação obtido no exterior e certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação.

2.1.1. Os diplomas expedidos no exterior deverão ser apresentados com autenticação consular brasileira. No ato da matrícula, os candidatos aprovados deverão assinar um termo dando ciência de que só receberão o diploma de pós-graduação após o seu diploma de graduação ser reconhecido nos termos da legislação brasileira.

2.1.2. Os(as) candidatos(as) concluintes de Curso de Graduação devem apresentar no ato da inscrição declaração informando a data prevista para a conclusão do curso de graduação, ficando sua admissão condicionada a conclusão do curso de Graduação até a data limite para a realização da matrícula dos candidatos aprovados.

2.2. Os(as) candidatos(as) ao processo de seleção, no momento da inscrição, deverão apresentar à secretaria do programa os seguintes documentos:

2.2.1. Formulário de inscrição devidamente preenchido em duas vias (VER ANEXO I);

2.2.2. Formulário de autodeclaração étnica, nos casos previstos pelos itens 1.2. (a) e 1.3. (a) e (b) (VER ANEXO II);

2.2.3. Documentos de identificação:

a) Carteira de identidade (ou documento equivalente);

b) CPF;

c) Título de eleitor e comprovantes de comparecimento à última eleição (original e cópia de cada documento);

2.2.4. Cópia do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de graduação (original e cópia).

2.2.5. Cópia do Histórico escolar de graduação, conforme Resolução nº 3.210/CONSEP, de 26/10/2004 (original e cópia);

No ato da inscrição deverão ser apresentados os documentos originais para certificarem as fotocópias dos mesmos. Os documentos que estiverem autenticados não carecem de comparação com o original.

2.2.6. Curriculum Vitae certificado pela Plataforma Lattes, em 03 (três) vias, acompanhado de uma via com fotocópias dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – www.cnpq.br). Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos estrangeiros.

2.2.7 Candidato estrangeiro que não tem registro de CV na Plataforma Lattes, por causa de ainda não possuir a documentação requerida para nela se cadastrar, apresentará CV correlato .

2.2.8. Pré-projeto de dissertação, em três (03) vias.

2.2.9. Carta do(a) candidato(a) ao presidente da comissão de seleção expondo os motivos para cursar o Mestrado, bem como da escolha da área de concentração e da linha de pesquisa (máximo de duas laudas).

2.2.10. São de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato as informações e a documentação por ele fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, após a realização da inscrição

3. DAS FORMAS PARA A INSCRIÇÃO

As inscrições poderão ser efetivadas:

3.1. Pessoalmente;

3.2. Por procuração, com assinatura reconhecida em cartório;

3.3. As inscrições presenciais deverão ser feitas na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPA no período de 20/09/2018 a 22/10/2018 no horário: 09h às 14h, no endereço: Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Guamá – Rua Augusto Corrêa, Nº 1 – CEP: 66075-110 – Belém-Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH - Campus Básico - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP - Telefone: (91)3201-7997;

3.4. A inscrição poderá ser realizada por correspondência, via SEDEX, desde que postada até a data de encerramento das inscrições. As inscrições por correspondência serão válidas se recebidas até 72h após o fim do prazo de inscrições, não havendo responsabilização do programa por atrasos ocorridos na entrega postal. As inscrições por correspondência devem ser endereçadas à Professora Dra. Maria Dolores Lima da Silva, Coordenadora do Curso de Mestrado em Ciência Política, no endereço referido no item 3.3 deste edital.

3.5. Informações sobre o mestrado podem ser obtidas no site <http://www.ppgcp.propesp.ufpa.br>.

3.6. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 2 deste Edital;

b) os que apresentarem toda a documentação original ou cópia autenticada;

c) os que apresentarem Pré-projeto de dissertação que estiverem adequados à área de concentração e às linhas de pesquisa do Programa.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, formada por quatro membros titulares e um suplente, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

4.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º candidato que obteve nota mais alta na prova escrita; 2º candidato que obteve nota mais alta na avaliação do Pré-projeto; 3º candidato que obteve nota mais alta na entrevista; 4º maior idade.

4.3. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos através de requerimentos escritos pelo candidato, endereçado ao presidente da comissão de seleção, entregues no Protocolo do IFCH no horário de funcionamento deste, respeitando os prazos previstos no Item 6 do presente edital. Em caso de deferimento o candidato será convocado através de publicação na página do PPGCP para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

5. ETAPAS DE SELEÇÃO

5.1. 1ª Etapa: prova escrita (eliminatória e classificatória).

5.2. 2ª Etapa: admissibilidade do Pré-Projeto de Pesquisa (eliminatória).

5.3. 3ª Etapa: entrevista com defesa e arguição do Pré-projeto, do Currículo Lattes do candidato, da Carta de Intenções e, a critério da Banca Examinadora, também da prova escrita (eliminatória e classificatória);

5.4. 4ª Etapa: exame de Proficiência em língua inglesa (obrigatória para os candidatos aprovados na entrevista).

5.5. Os (as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo universal, objeto deste edital, serão submetidos a todas as etapas do processo seletivo – com exceção dos incluídos no item 1.2. (c), que participarão processo seletivo exclusivo, conduzido no âmbito do Programa de Alianças para a Educação e Capacitação (PAEC OEA/GCUB).

5.6. Os (as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo especial, objeto deste edital, serão submetidos unicamente às etapas descritas pelos itens 5.2., 5.3. e 5.4.

6. DO CALENDÁRIO

Etapas da Seleção	Datas / Períodos	Local
Divulgação do Edital	18/09	Site do PPGCP
Prazo Recursal do Edital	18 e 19/10/2018	Protocolo do IFCH
Inscrições ao processo seletivo	20/09 a 22/10/2018	Secretaria do PPGCP
Divulgação das Inscrições deferidas	24/10/2018	Site do PPGCP
Prazo Recursal das inscrições	25 e 26/10/2018	Protocolo do IFCH
Avaliação do Pré-projeto de Pesquisa	29 a 31/10/2018	Secretaria do PPGCP
Divulgação das Avaliações dos Pré-projetos	Até 01/11/2018	Site do PPGCP
Prazo Recursal das avaliações dos Pré-projetos	05 e 06/11/2018	Protocolo do IFCH
Realização da prova escrita	22/11/2018	Salas de Aula do PPGCP
Divulgação dos (as) aprovados (as) da Prova Escrita	Até 27/11/2018	Site do PPGCP
Prazo recursal da Prova escrita	28 e 29/11/2018	Protocolo do IFCH
Realização das entrevistas	De 03 a 06/12/2018	Sala de Aula do PPGCP
Divulgação do Resultado das Entrevistas	10/12/2018	Site do PPGCP
Prazo recursal das Entrevistas	11 e 12/12/2018	Protocolo do IFCH
Prova de proficiência em inglês	13/12/2018	Sala de Aula do PPGCP
Divulgação do Resultado Final	17/12/2018	Site do PPGCP
Prazo Recursal da Prova de Proficiência em língua estrangeira	18 e 19/12/2018	Protocolo do IFCH

6.1. A prova escrita, de proficiência e as entrevistas serão realizadas em local a ser informado oportunamente através do site do PPGCP.

7. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

7.1. Prova Escrita (eliminatória):

7.1.1. A prova escrita dissertativa versará sobre temas específicos com base em bibliografia indicada neste edital.

7.1.2. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, não sendo permitida a consulta a textos, livros, anotações, material audiovisual ou outro tipo de material;

7.1.3. Serão observados os seguintes critérios de avaliação:

- a) Conhecimento do tema, atualização, clareza das ideias e aprofundamento do tema proposto, 40% da prova;
- b) Coerência dos argumentos e adequação da resposta à literatura indicada no edital, 40% da prova;
- c) Organização e clareza da resposta (introdução, desenvolvimento, conclusão); uso adequado da terminologia técnica, clareza de expressão e correção gramatical, 20% da prova.

7.1.4. A prova escrita será corrigida por dois membros da comissão de seleção. Havendo discrepância entre as notas acima de 20% será convocado um terceiro avaliador. A nota atribuída por este terceiro avaliador será confrontada com as duas notas anteriores, sendo que a nota que mais se aproximar com a do terceiro avaliador será considerada e a nota que mais se afastar será descartada. A nota final será a

média das notas consideradas de dois avaliadores.

7.1.5. A bibliografia ficará à disposição dos (as) candidatos (as) em local a ser informado pela Secretaria do PPGCP.

7.1.6. Para a realização da prova escrita, o candidato deverá identificar-se mediante apresentação do seu RG e CPF. Na prova escrita não haverá a identificação do candidato, que será feita apenas pela indicação do número do seu CPF na primeira página do caderno de respostas.

7.1.7. O candidato poderá ter acesso a sua prova e as planilhas individuais de correção da mesma desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

7.2. Admissibilidade do Pré-Projeto de Pesquisa (eliminatória):

7.2.1. Adequação aos aspectos formais da escrita científica.

7.2.1.1. O Pré-projeto de pesquisa deve conter, no máximo, dez (10) laudas, e ser produzido a partir da seguinte padronização: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

7.2.1.2. O Pré-projeto de pesquisa deve, necessariamente, conter os seguintes elementos e seções: a) Título; b) Justificativa; c) Problema de pesquisa; d) Hipótese; e) Objetivos; f) Referencial Teórico; g) Metodologia; h) Referências bibliográficas.

7.2.1.3. Os projetos de pesquisa dos candidatos deverão obrigatoriamente estar vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa do PPGCP.

7.2.1.4. Não deve constar no projeto qualquer identificação do(da) candidato(a).

7.2.1.5. Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as) cujos pré-projetos não correspondam às exigências formais aqui definidas.

7.2.2. Adequação aos aspectos substanciais de construção da pesquisa a ser elaborada no âmbito do PPGCP, a partir dos seguintes aspectos:

a) Exequibilidade e justificativa da proposta;

b) Delimitação do problema e da hipótese de pesquisa;

c) Formulação e adequação da construção teórica ao problema de pesquisa; utilização de referências da área de ciência política;

d) Coerência das estratégias metodológicas propostas.

7.3. Entrevista (eliminatória):

7.3.1. Farão entrevistas os candidatos(as) aprovados na prova escrita.

7.3.2. No início da entrevista, o(a) candidato(a) deverá expor seu projeto de pesquisa à Comissão de Seleção, dispondo de, no máximo, dez (10) minutos para tanto. O candidato poderá utilizar recursos audiovisuais em sua apresentação.

7.3.3. A entrevista será feita com base nos dados do Currículo Lattes, no pré-projeto apresentado por ocasião da inscrição do candidato e, eventualmente, a critério da banca, da prova escrita. Os critérios de avaliação das entrevistas serão:

a) conhecimento teórico e metodológico, domínio e segurança em relação ao tema do pré-projeto, coerência entre os componentes expostos na defesa do pré-projeto proposto (tema, problema, hipóteses, objetivos e metodologia) – 50% da nota;

b) experiência em atividades de pesquisa acadêmica e publicações de artigos relacionados às linhas de pesquisa do curso, comprovadas e expostas no CV Lattes – 20% da nota;

- c) desempenho acadêmico do candidato exposto no histórico escolar de sua formação acadêmica anterior (graduação, especialização, mestrado, etc.) – 20% da nota;
- d) disponibilidade de tempo para cursar e concluir o curso de mestrado – 10% da nota.

7.3.3. As entrevistas serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na prova escrita.

7.3.4. As entrevistas com os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) serão realizadas em língua portuguesa.

7.3.5. A nota final da entrevista será estabelecida pela média da nota atribuída por todos os(as) professores(as) componentes da banca de avaliação, no momento da entrevista.

7.3.6. O(a) candidato(a) poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da entrevista desde que solicite através de requerimento endereçado ao presidente da comissão de seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

7.4. Prova de Proficiência em Língua Estrangeira (obrigatória):

7.4.1. Os(as) estudantes de Mestrado de nacionalidade brasileira ou provenientes de países de língua portuguesa deverão realizar teste de proficiência em língua inglesa, e os(as) candidatos(as) estrangeiros realizarão teste de proficiência em língua portuguesa, ou apresentar certificado de proficiência nas línguas requeridas, expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

8. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO

8.1. Será considerado aprovado em cada fase do processo seletivo, o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima 6 (seis) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

8.1.2. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo universal, na modalidade descrita pelo item 1.2. (a) (autodeclarados/as negros/as) do presente edital, serão considerados aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 5 (cinco) pontos em cada uma das etapas eliminatórias do processo seletivo.

8.1.3. Os(as) candidatos(as) inscritos no processo seletivo especial serão considerados aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 5 (cinco) pontos em cada uma das etapas eliminatórias do processo seletivo.

8.2. A nota final e a classificação serão calculadas pela média das notas parciais obtidas na avaliação do desempenho dos(as) candidatos(as) nas duas primeiras fases do processo seletivo (prova escrita e entrevista), sendo aprovados aqueles (as) que alcançarem nota final igual ou superior a 6 (seis), no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez). Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) segundo a ordem de suas notas finais, até atingir o número máximo de vagas estabelecido neste Edital.

8.3. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas disponibilizadas pelo PPGCP.

9. CANDIDATOS ESTRANGEIROS

9.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) a uma bolsa de estudos no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) do Ministério de Relações Exteriores, CAPES e CNPq, ou outros convênios específicos de fomento para alunos de Mestrado estrangeiros no Brasil chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPGCP para cumprir as exigências estabelecidas no respectivo Edital. A Carta de Aceite poderá ser solicitada ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do *curriculum vitae* do candidato estrangeiro, plano de trabalho e histórico escolar, indicando que ele está apto aos estudos de Pós-Graduação em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. No caso de não ser aprovado no processo de seleção PEC-PG ou outro Edital de convênio para alunos estrangeiros de Mestrado no Brasil chancelado pela CAPES, o candidato deverá submeter-se aos procedimentos para

o Exame de Seleção estabelecidos no PPGCP para candidatos estrangeiros nos termos da Resolução Nº 001/2014 do PPGCP ou se submeter as regras de seleção previstas no presente edital.

9.2. Candidatos(as) estrangeiros(as) residentes fora do Brasil poderão realizar a Prova Escrita e a entrevista na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isto, deverão apresentar, quando de sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização de prova e entrevista em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem como duração e condições de não consulta bibliográfica semelhantes à dos demais candidatos, além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os(as) candidatos(as) somente terão acesso ao local das provas portando documento de identificação contendo fotografia, sendo desclassificados do concurso os que faltarem a quaisquer das Etapas ou não obedecerem aos horários estabelecidos.

10.2. As provas serão públicas, vedando-se, quando da realização das entrevistas, a presença de quaisquer outros candidatos.

10.3. Será garantida a não identificação por nome dos candidatos nas provas de conhecimento e de idioma.

10.4. Os(as) candidatos(as) não selecionados poderão reaver, na Secretaria do Programa, os documentos apresentados para a inscrição até 60 (sessenta) dias após a divulgação do resultado final. Findo este prazo, os documentos serão descartados.

10.5. A Comissão de Seleção decidirá os casos omissos;

10.6. A divulgação dos resultados contemplará apenas os nomes dos (as) candidatos (as) aprovados (as) em cada etapa por ordem alfabética.

10.7. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado poderá abrir novo edital de seleção especificamente para completar as vagas ociosas.

10.8. Junto com o resultado final do processo seletivo serão divulgados o local, a data e horário de matrícula dos (as) aprovados (as).

10.9. O Curso exige dedicação integral do(a) candidato(a) aprovado(a).

10.10. Candidatos(as) Portadores(as) de Necessidades Especiais-PNE deverão solicitar no ato da inscrição atendimento especializado para a realização das provas.

10.11. Os casos omissos serão avaliados em primeira instância e resolvidos pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

11. BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, n.2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a03v18n2.pdf>>

DAHL, Robert A. *Um Prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989. [Introdução e Caps. 1-3]

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n.29, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01>

PERISSINOTTO, Renato. O 18 Brumário e a análise de classe contemporânea. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/03.pdf>>

SANTOS, Fabiano. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2003. [Caps. 1 e 2]

SARTORI, Giovanni. A política como ciência. In: *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: Ed UnB, 1997. [Cap. 8].

SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (Orgs.). *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. [Cap.1].

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Política e ciência: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nº _____

Nome:		
Data de nascimento:	Nacionalidade:	Estado civil:
Identidade:	CPF:	
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Cidade:
Telefone Residencial:	Celular:	
Endereço eletrônico:		
Endereço para correspondência: () o mesmo acima / () outro:		
CURSO DE GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:		
Início:	Conclusão:	
Universidade/Faculdade:		
Título do pré-projeto:		
Possui vínculo empregatício? Sim () Não ()		
Instituição/Empresa:		

Informações Adicionais (assinalar com X)

()	Tenho condições adequadas para realizar meus estudos.
()	Tenho disponibilidade de horário para realizar meus estudos e frequentar as aulas.

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, CPF n°. _____, portador do documento de identidade n°. _____, emitido por _____ em ___/___/___, declaro para o fim específico de atender aos termos do Edital 01/2018, que trata do Processo Seletivo ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Pará, que sou:

() NEGRO(A)

() QULOMBOLA, MORADOR(A) DA COMUNIDADE _____,
 LOCALIZADA EM _____;

() INDÍGENA, DA ETNIA _____;

Declaro, ainda, que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração étnico-racial:

Estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração estarei sujeito a penalidades legais.

_____, ____ de _____ de 2018.

 Assinatura do candidato

ANEXO III

PROGRAMAS DE PESQUISA DOS PROFESSORES DO PPGCP

PROGRAMA DE PESQUISA - RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

COORDENADOR: Profo. Dr. ALBERTO LUIZ TEIXEIRA DA SILVA

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1983); Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1994); Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Realizou Estágio Pós-doutoral na Universidade Carlos III de Madrid (2016). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) Governança e Relações Internacionais. 2) Política e gestão ambiental. 3) Cooperação internacional, sustentabilidade conflitos socioambientais

Objetivos: estudar e discutir, à luz do suporte teórico das relações internacionais contemporâneas e das mudanças promovidas pela globalização multidimensional, transições para uma economia de baixo carbono, eficiência energética e governança dos bens públicos. Em suma, propomos a reflexão de temas complexos que conformam a agenda da governança ambiental global como mudanças climáticas, energia, água, sociobiodiversidade, dentre outras temáticas voltadas para a promoção de políticas públicas responsáveis e sustentáveis.

Ementa: Relações internacionais contemporâneas. Capitalismo e mudanças globais. Transições paradigmáticas: economia de baixo carbono, fontes renováveis e eficiência energética. Governança pública e desenvolvimento sustentável pluridimensional. Clima, energia, recursos hídricos e florestais. Objetos, temas, de pesquisa

Temas de Interesse do Programa:

- a) Geopolítica, regimes internacionais e governança das mudanças climáticas;
- b) Governança climática das cidades;
- c) Regulação e governança de recursos hídricos;
- d) Governança energética;
- e) Governança e políticas públicas de resíduos sólidos;
- f) Segurança regional e global;
- g) Desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia e inovação;
- h) Amazônia, mudanças globais e economia de baixo carbono.

PROGRAMA DE PESQUISA - FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL

COORDENADORA: Profa. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (1997); Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ (1999); Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (2008). Atua nas seguintes áreas: 1. Filosofia Política; 2. Teorias normativas e teoria crítica; 3. Sociologia política e teorias disposicionais (Bourdieu e Bernard Lahire), 4. Pensamento político brasileiro e 5. Estudos sobre o poder judiciário e o fenômeno da judicialização.

Objetivos: a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política (Antiga, Moderna e Contemporânea); b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pelos teóricos críticos, por exemplo Habermas e a tese de instrumentalidade da razão comunicativa ou Honneth e o diagnóstico do sofrimento por indeterminação e seus prognósticos refletidos em modelos

institucionais; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre a representação da soberania, da vontade popular e do poder constituinte; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de representação política e de exercício de normatização social (Butler e Žižek).

Ementa: Teoria política da antiguidade clássica. Teoria política moderna. Teoria política contemporânea. Teoria crítica. Emancipação social. Racionalidade. Modernidade. Deliberação. Facticidade. Validade. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Soberania como vontade e representação. Democracia. Representação. Liberalismo. Normatividade social.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Teorias político normativas da antiguidade clássica, modernidade e contemporaneidade e seus diagnósticos sociais e prognósticos institucionais.
- b) Teoria crítica, suas aporias e possibilidades de reinvenção político normativas da modernidade.
- c) Novas formas de produção de uma política republicana sobre o bem comum em detrimento da noção de políticas públicas.
- d) O neoliberalismo como processo de radicalização da matriz de modernização e do excesso de determinação social

PROGRAMA DE PESQUISA - INSTITUIÇÕES JUDICIAIS E ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

COORDENADORA: Profa. Dra. BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS

Objetivos: Este programa apresenta os seguintes objetivos: Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário e sua relação com os outros dois poderes (executivo e legislativo) com a finalidade de realizar uma análise mais abrangente sobre a política da administração judicial local e nacional. Estudar e desenvolver projetos sobre a contribuição do STF e do controle de constitucionalidade para a estabilidade do presidencialismo de coalizão. Estudar e desenvolver projetos sobre a formação disposicional (Bourdieu e Lahirer) social dos juízes e das elites Judiciais no sentido da formação de um corpo profissional específico. Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário com o Estado Brasileiro. Analisar e desenvolver projetos sobre o fenômeno da judicialização como consequência do processo de moralização da política e do neoliberalismo.

Ementa: Administração política judicial. Controle de Constitucionalidade. STF. Relação executivo-legislativo e judiciário. Presidencialismo de coalizão. Sociologia disposicional e a formação profissional dos atores judiciais. A função do poder judiciário na formação do Estado Brasileiro. Judicialização. Moralização da política. Neoliberalismo.

Temas de Interesse do Programa:

- a) A administração política das instituições judiciais.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais.
- c) As elites judiciais e sua relação com a administração política judicial.
- d) A relação do poder judiciário com a formação estrutural e funcional do Estado Brasileiro.
- e) Judicialização da política como expressão do excesso de determinação da normatividade social e resultado do processo de moralização política.
- f) Neoliberalismo e o novo tipo de jurisdição.

PROGRAMA DE PESQUISA - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ESTUDOS LEGISLATIVOS NA AMÉRICA LATINA.

COORDENADOR: Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005); Mestre (2008) e Doutor (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da

UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos

Objetivos: Analisar os regimes institucionais dos Países Latino-Americanos e seus impactos sobre o funcionamento dos legislativos do subcontinente, englobando tanto estudos comparados quanto estudos de casos.

Ementa: Regimes institucionais na América Latina, Comportamento Parlamentar, Relação Executivo e Legislativo nos países latino-americanos.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições Políticas na América Latina.
- b) Sistemas Partidários e Eleitorais latino-americanos e seus impactos no comportamento parlamentar.
- c) Organização e Comportamento Parlamentar. Capacidade de Controle dos legislativos latino-americanos.
- d) O Legislativo no processo decisório.
- e) Sistemas bicamerais da América Latina.
- f) Relação entre o Executivo e o Legislativo. Sistemas de Governo na América Latina.
- g) Federalismo e Representação territorial nos países latino-americanos

PROGRAMA DE PESQUISA - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

COORDENADOR: Profo. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA

Graduado em Economia pela UFPA (1988); Mestre em Ciência Política (1994); Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Sistemas Eleitorais e Partidários. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Comportamento Eleitoral; 4) Mídia e Opinião Pública; 5) Política Comparada.

Objetivos: Desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo.

Ementa: Geografia do voto; Participação e representação política, comportamento eleitoral; coligações partidárias; grupos de interesses no processo eleitoral, clientelismo político, emendas orçamentárias, recrutamento político, reeleição e renovação parlamentar, financiamento de campanhas, propaganda e campanha eleitoral.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: indígenas, negros, religiosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

PROGRAMA DE PESQUISA - TEORIA POLÍTICA: PRINCÍPIOS NORMATIVOS, DESENHOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

COORDENADOR: Profo. CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1985); Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ (1992); Mestre em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales. EHESS/Paris/França (1999); Doutor em Études Politiques. École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS/Paris/França (2004). Realizou Estágio Pós-doutoral em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2014). Atua nas seguintes áreas: Teoria Política. 2) Democracia e Judiciário na Amazônia. 3) Judiciário, Direitos Humanos e Constitucionais. 4) Pensamento Político Brasileiro.

Objetivos: Estudar as teorias políticas modernas e contemporâneas, em seus princípios normativos, seus desenhos institucionais e participativos. Da perspectiva normativa busca-se a reflexão sobre a realidade e a sua projeção em um dever ser em torno de valores de liberdade, igualdade e de justiça. Da perspectiva descritiva busca-se a concretização destes valores pela sua institucionalização na esfera pública do estado e da sociedade civil. Os princípios normativos, e desenhos institucionais e participativos serão compreendidos de maneira indissociada, bem como por meio de identidades e rivalidades entre teorias políticas.

Ementa: Estudo de teorias políticas modernas e contemporâneas e suas contribuições para a construção de paradigmas do contrato social, nos seus aspectos normativos, institucionais e participativos, tanto no âmbito da esfera da sociedade civil quanto na do Estado.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Teoria Política normativa moderna e liberalismo político;
- b) Teoria Política normativa e socialismo;
- c) Teoria Política normativa contemporânea e neoliberalismo político,
- d) Neosocialismo, comunitarismo, multiculturalismo e teoria do reconhecimento.

PROGRAMA DE PESQUISA - ACESSO À JUSTIÇA: SOCIEDADE, POLÍTICA E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.

COORDENADOR: Profo. CELSO ANTÔNIO COELHO VAZ

Objetivo: Realizar pesquisas sobre o acesso à justiça numa perspectiva teórica e dos modelos de análise empírica da Ciência Política. Busca-se compreender sobre o acesso à justiça por meio das relações entre a sociedade civil, o poder executivo, o legislativo e as instituições do sistema de justiça, públicas e da sociedade civil. Em sentido lato estas relações serão abordadas da perspectiva da gestão pública da justiça, nos seus aspectos, normativos, organizacionais, administrativos, orçamentários, fiscais, tributários e comportamentais. Na esfera das instituições de justiça governamentais estes aspectos serão abordados com ênfase nas relações intra-governamentais, ou seja, no âmbito do sistema das instituições de justiça estatais e no âmbito intergovernamental da perspectiva das relações entre estas instituições e o poder executivo, legislativo. No enfoque das instituições de justiça da sociedade civil busca-se a compreensão da suas relações com as instituições de justiça governamentais e com os poderes executivo e legislativo, em torno da justiça, da igualdade e da liberdade.

Ementa: Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça. Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental. Governança judicial e relações e controles intragovernamentais. Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo. Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental. Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo. Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e

fiscal. Padrões de decisão de tribunais. Judicialização da política. Politização do judiciário. Protagonismo judicial.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Instituições de justiça públicas governamentais e da sociedade civil e acesso à justiça;
- b) Gestão pública da justiça na dimensão normativa, organizacional, administrativa, orçamentária, tributária, fiscal e comportamental;
- c) Governança judicial e relações e controles intra-governamentais;
- d) Governança judicial e relações intergovernamentais com o executivo e o legislativo;
- e) Organizações de justiça da sociedade civil e o sistema de justiça governamental;
- f) Organizações de justiça da sociedade civil e os poderes executivo e legislativo;
- g) Tribunais e governança da justiça do trabalho, eleitoral e fiscal;
- h) Padrões de decisão de tribunais;
- i) Judicialização da política; Politização do judiciário;
- j) Protagonismo judicial.

PROGRAMA DE PESQUISA - O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: SISTEMAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIOS. SISTEMA DE GOVERNO E AS RELAÇÕES EXECUTIVO LEGISLATIVO

COORDENADOR: Prof. Dr. EDIR VEIGA SIQUEIRA

Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1999); Doutor em Ciência Política pela Universidade Cândido Mendes (2004). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: 1) O Estado Federal em perspectiva comparada. 2) Legislativo, Judiciário e demandas das instituições da competição eleitoral. 3) Executivo, legislativo e Processo decisório em Políticas Públicas. 4) Política brasileira e Pensamento político nacional.

Objetivos: verificar a interface entre o desenho do sistema eleitoral e sua repercussão do desenho institucional do sistema partidário. Em que medida os sistemas eleitorais impulsionam per si a fragmentação ou não dos sistemas partidários. A correlação entre sistemas partidários eleitorais e sistemas partidários parlamentares. Sistemas eleitorais, voto personalizado e listas abertas e fechadas. Voto obrigatório e sua interface com abstenções eleitorais, votos em brancos e nulos. Resultados eleitorais e justiça. Poder Executivo, Poder Legislativo e processo decisório políticas públicas. Política brasileira, paraense e pensamento político nacional e estadual.

Ementa: O desenho das instituições políticas do Estado Democrático de Direito. Eleições e sistemas eleitorais. Partidos e sistemas partidários. Voto e teorias do voto. Sistemas de governos. Formas de Estado. Formas de governo. Teorias de políticas públicas e processo decisório. Judiciário e o sistema político. Interface entre pensamento político estadual, nacional e internacional.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Desenhos e formatos de sistemas partidários eleitorais e parlamentares;
- b) Desenho e formato dos poderes legislativos municipais, estaduais e federal;
- c) Desenho das relações entre os poderes executivos e legislativos em nível nacional e subnacional;
- d) Judiciário e competição eleitoral em perspectiva comparada a nível subnacional e interestatal;
- e) Executivo, legislativo e processo decisório em políticas públicas;
- f) Competição eleitoral e teorias do voto;
- g) Competição eleitoral, partidária e história política;
- h) Confrontos de projetos políticos e pensamento político;
- i) Avaliação de governos e debates políticos à luz das teorias que explicam a fundação do Estado Brasileiro.

PROGRAMA DE PESQUISA - PADRÕES DE INTERAÇÃO EXECUTIVO-LEGISLATIVO-GRUPOS DE INTERESSE, EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS: PERSPECTIVA COMPARADA, NACIONAL E INTERNACIONAL.

COORDENADORA: Profa. Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989); Mestre (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA); Doutora (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

Objetivos: analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas de desenvolvimento. A partir do arcabouço teórico denominado de Variedade de Capitalismo, procurar-se analisar o Estado e sua relação com grupos de interesse como parte integrante de um dado regime produtivo, inseridos num marco institucional mais amplo, que define regras, valores, incentivos e restrições que condicionam o desempenho dos diferentes atores. As pesquisas devem, preferencialmente, ter escopo comparativo, no âmbito nacional e internacional.

Ementa: Padrão de Interação entre executivo, legislativo e grupos de interesse; Processos decisórios de políticas públicas; Produção legislativa; Lobby como forma de representação política; Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação; Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;
- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre normas ambientais, biossegurança e aquecimento global;
- c) Lobby como representação de interesses, no âmbito do Congresso Nacional, no contexto democrático atual.
- d) Padrões de Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse em processos de produção de regras.

PROGRAMA DE PESQUISA - CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

COORDENADOR: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO

Graduado (2004), Mestre (2006) e Doutor (2014) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento político; 2) Comportamento eleitoral e classes sociais; 3) Eleições e sistemas eleitorais; 4) Partidos políticos e sistemas partidários; 5) Política brasileira.

Objetivos: analisar as tendências de intenção de voto em eleições presidenciais no Brasil durante o período compreendido entre 2002 e 2014, buscando identificar as possíveis relações entre inserção diferencial em relações de classe e comportamento eleitoral. Dessa forma, com base em resultados de *surveys* de opinião com abrangência nacional (tais como o ESEB e o *Latinobarómetro*), a investigação empírica intenta desvelar se, no espaço de tempo em questão, são identificados padrões de voto de classe. Especificamente, se estão presentes, no período estudado, tendências de voto de classe “tradicional” (i.e. eleitores de classes trabalhadoras votando em partidos de esquerda) e “total” (que engloba os outros tipos interação entre voto e classe).

Ementa: voto de classe; comportamento político e clivagens sociais; eleições presidenciais; pesquisas *survey*.

Temas de Interesse do Programa

- a) Comportamento político
- b) Voto, classes e clivagens sociais
- c) Eleições presidenciais e subnacionais
- d) Disputas eleitorais no Brasil contemporâneo
- e) Metodologias quantitativas e análise política

PROGRAMA DE PESQUISA - OS DISPOSITIVOS NORMATIVOS NEOLIBERAIS FACE AO APAGAMENTO DA BIO-SOCIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

COORDENADOR: Prof. Dr. JEAN-FRANÇOIS YVES DELUCHEY

Doutor em Ciência Política / Políticas Públicas da Universidade da Sorbonne Nouvelle (Paris 3, 2000). Pós-doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica - RJ - UFPE, (2017). Atuando nas seguintes áreas: Segurança Pública, Estudo da Arte de Governar Neoliberal, Sociologia crítica do Estado e do Direito, Políticas Públicas, Justiça Criminal, Sociodiversidade, Teoria Crítica da Democracia e dos Direitos Humanos.

Objetivo: Apoiado principalmente nas reflexões de sociologia jurídica realizadas pelos membros da equipe de pesquisa na qual está inserido, o presente projeto buscará estudar de que forma e com quais efeitos os dispositivos normativos neoliberais promovem, participam ou resistem ao apagamento das formas de vida inúteis ao mercado na Amazônia, desenvolvendo pesquisas em vários campos de observação empírica.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Os dispositivos jurídicos neoliberais e o acesso à justiça;
- b) O extermínio das formas de vida na Amazônia;
- c) Disposições individuais e sócio diversidade face à exigência de crescimento econômico.

PROGRAMA DE PESQUISA - O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE DE PERIFERIA NO ESTADO DO PARÁ (*Law Enforcement Agencies and the Death of Peripheral Youth in the Brazilian Amazon State of Pará*).

COORDENADOR: Prof. Dr. JEAN-FRANÇOIS YVES DELUCHEY

Objetivo: Propomos estudar os dispositivos de repressão criminal e os homicídios da juventude de periferia no estado do Pará, procurando identificar como estes são estruturados a partir da perspectiva neoliberal. Em consonância com Michel Foucault, a arte neoliberal de governar considera como anormal toda forma de vida contrária à consolidação da economia de mercado. Tal discurso legitima diversos tipos de intervenção governamental contra grupos sociais politicamente minoritários, levando ao apagamento (físico e/ou simbólico) de indivíduos e grupos tradicionais ou urbanos, como é o caso do extermínio da juventude de periferia da região amazônica.

Etapas / Temas de Interesse:

- 1) Analisar e interpretar as expressões dos dispositivos coercitivos neoliberais (legais e práticos);
- 2) Registrar e estudar o apagamento das formas de vida no estado do Pará, especificamente o assassinato de jovens de periferia;
- 3) Registrar e estudar a morte dos policiais (dentro e fora do serviço);
- 4) Analisar e avaliar as consequências da “guerra contra o crime” sobre o pensamento social e político sobre segurança e estruturação do Estado na região amazônica do Brasil.

PROGRAMA DE PESQUISA - TERRA, SAÚDE E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA.

COORDENADOR: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002); Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Realizou Estágio Pós-doutoral na University of St. Andrews, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.

Objetivos: As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-las. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantir a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

Ementa: Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

PROGRAMA DE PESQUISA - REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.

COORDENADOR: Profa. Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991); Mestre (1999) e Doutora (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Representação Política. 4) Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável. 5) Processo Decisório e Cultura Política; 5) Políticas de Meio ambiente.

Objetivos: analisar comportamentos políticos no âmbito de instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. O intuito é produzir reflexões a respeito do exercício da representação política dentro dos limites das regras institucionais, assim como também identificar demandas sociais, traduzidas pelos atores políticos no exercício das atividades que lhes são delegadas pelos cidadãos.

Ementa: Estudo de demandas por políticas públicas nos Legislativos; Identificação e comparação de regras institucionais; estudo do papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas.

Temas de Interesse do Programa:

- a) Desenhos institucionais dos Legislativos locais;
- b) Produção legislativa sobre meio ambiente;

- c) Produção legislativa sobre saúde, educação e cultura;
- d) Políticas industriais e comerciais de impacto ambiental;
- e) *Accountability* de mandatos representativos.

PROGRAMA DE PESQUISA: MÍDIA E SOCIABILIDADE POLÍTICA

COORDENADORA: Profa. Dra. MARISE MORBACH

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994); Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996); Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: comportamento político nos mídias e sociabilidades em redes online.

Objetivos: Analisar os problemas teóricos e empíricos trazidos ao campo da política com o advento da *media*. Conhecer os contextos históricos nos quais as relações entre a *media* e a política são determinantes à estabilidade das democracias representativas. Analisar as categorias sociais que estruturam os estudos sobre a Opinião Pública: motivações e percepções em relação aos *medias*. Estudar as transformações da representação e o alcance da *media* sobre os processos de "escolha pública". Mapear a cultura política no *media* buscando descrever tipologias. Estudar as interfaces da ética, da comunicação e da política no *media* na produção de "laços sociais" e de "rupturas de sociabilidade". Descrever as formas da sociabilidade de instituições políticas e agentes políticos no *media* e em ambientes virtuais.

Ementa: Estudo das teorias políticas contemporâneas nas quais a sociabilidade política é perpassada pelas tecnologias da informação e pelos *media* e cujo campo de abrangência analisa as informações do espaço particular e interno da política (partidos, candidaturas, regras eleitorais, representantes, representados, etc.) sobre o comportamento político e na institucionalização de práticas e valores políticos. Estudo sobre as mudanças na sociabilidade política trazidas pelo meio virtual na deliberação pública e na formação das "vontades": senso comum; institucionalização de práticas, etc. Analise das práticas sociais em suas relações com os meios de comunicação sobre a elaboração e difusão de repertórios políticos: seus efeitos e condicionantes.

Temas de Interesse do Programa

- a) Formas de representação política: como o poder se distribui no ambiente midiático e no virtual entre representantes e representados; entre instituições e agentes; etc.;
- b) Estruturas de comunicação e repertórios políticos na Amazônia contemporânea: socialidades midiáticas e sociabilidades virtuais;
- c) As formas de manifestação e associação de interesses no comportamento político da *media* e suas interfaces com a ética e a cultura;
- d) Personificação política e mudança institucional no ambiente midiático;
- e) A sociabilidade política em redes sociais online: cultura política e senso comum;
- f) Mudança e padrão de representação dos interesses na sociabilidade online.